



**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°
XXX/202X**

“CONTRATO ADMINISTRATIVO N° XXX/202X, entre si celebram o Município de _____ e a empresa _____, visando a contratação de empresa de prestação de serviços jurídicos especializados”

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Goiás, Ed. Secretaria Municipal de Saúde, Centro, CEP: 75.890-000 – SÃO SIMÃO-GO, inscrita no CNPJ n° 11.078.437/0001-64, neste ato representado por seu titular legal, Sr Guilherme Stival Cândido, brasileiro, portador do CPF n°. 701.448.711-65, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO - GO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça Cívica n° 01, Centro, São Simão-GO, inscrita no CNPJ n° 02.056.778/0001-48, neste ato representado por seu titular legal, Sr. Wallisson José Freitas, brasileiro, portador do CPF n°. **908.541.371-53** aqui denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado à empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, situada na _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por seu Representante Legal Sr. _____, aqui denominada **CONTRATADA**, te entre si justo e contratado o presente termo, consubstanciado no processo de inexigibilidade n° 024/2023, com fulcro nos critérios estabelecidos pela Lei Federal n° 14.133/21, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes. Fundamentação Legal: Artigo 74, inc. III, alínea “e”, c/c art. 72 da Lei n° 14.133/21, bem como no procedimento administrativo n° 27634/2023 e ato administrativo que declarou a inexigibilidade de procedimento licitatório, o qual passa a fazer parte integrante deste contrato, juntamente com o Termo de Referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços técnicos especializados nos ramos do Direito Constitucional, Direito Administrativo Sancionador, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Difusos e Coletivos, visando a prestação de serviços consultivos, elaboração de pareceres e assessoramento do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência junto aos autos.

1.2. O Escritório deverá prestar os serviços consistentes em:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO-GO

- a) Serviços de consultoria técnico-administrativa do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente na elaboração de minutas de atos normativos primários, decretos, portarias, resoluções etc.;
- b) Supervisão e gerenciamento dos serviços desenvolvidos pelo Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Saúde, visando conferir segurança jurídica e lisura processual, agilidade e eficiência na tomada de decisões, orientando o cumprimento de obrigações, visando a aplicação da Lei Federal nº 12.846 de 2013 (Lei Anticorrupção Brasileira);
- c) Atuação para modernização administrativa, análise situacional, desenvolvimento do programa de integridade da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Elaboração de minutas de peças processuais e procedimentais, pareceres e outras manifestações próprias da função de execução, em matéria criminal, constitucional, administrativa (sancionador) e de direitos difusos e coletivos;
- e) Análises, estudos, exames, pesquisas e elaboração de relatórios e trabalhos de natureza jurídica atinentes aos feitos judiciais ou procedimentos administrativos da alçada do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde;
- f) Auxílio na realização de audiências e reuniões referentes à execução de atividades processuais ou extraprocessuais do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Análise preliminar de situações apresentadas pelo Prefeito e pelo Secretário Municipal de Saúde para determinar se um dado objeto está em conformidade com normas aplicáveis identificadas como critérios, visando evitar o cometimento de ilícitos (penal, improbidade administrativa e de responsabilidade);
- h) Orientações quanto à emissão de pareceres e documentos correlatos;
- i) Emissão de parecer opinativo quanto às questões apresentadas pelo Gabinete do Prefeito e pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a notória especialização;
- j) Acompanhamento do andamento de processos judiciais, inquéritos policiais e civis, procedimentos administrativos e de investigação criminal de interesse do Município de São Simão, no âmbito dos diversos ramos;
- k) Acompanhamento dos trabalhos do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde, incumbindo ao contratado supervisionar e orientar os trabalhos técnicos, em especial quanto ao atendimento das diligências promovidas pelos órgãos, na elaboração de estudos técnicos preliminares;
- l) Construção de procedimentos-padrão para a elaboração de minutas de outros procedimentos administrativos, como portarias, deliberações e atos normativos;



m) A contratada deverá dimensionar uma Equipe Técnica, privilegiando a experiência nas diversas áreas do Direito, capaz de atender o escopo e o porte dos serviços requeridos, nos prazos fixados e em conformidade com o Termo de Referência.

1.3. Manter a administração municipal informada sobre o andamento das medidas propostas, sejam elas administrativas e/ou judiciais.

PARÁGRAFO ÚNICO – DOS SERVIÇOS EXTRAS E DOS ADITAMENTOS – Os serviços não ajustados no presente contrato que porventura venham a ser solicitados pela CONTRATANTE serão objeto de aditivo contratual, analisados caso a caso, nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitando os limites do artigo 125 da lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO E PREÇO

2.1. Pela prestação dos serviços, ora contratados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a remuneração de seus serviços, a título de honorários advocatícios contratuais (art. 22, caput, Lei nº 8.906/94) em modalidade contratual *pro labore*, o valor o valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) anual, sendo pago 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 18.000,00 (dezoito mil), efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês de referência, mediante apresentação de nota fiscal de serviços. Para efeito do pagamento, a CONTRATADA deverá atender as exigências legais quanto à emissão de comprovação de sua regularidade fiscal.

2.2. A remuneração será paga por meio de Depósito ou Transferência Bancária (PIX, TED, DOC etc.), na seguinte Agência e Conta:

Banco: XXXXXX

Agência: XXXX

Conta Corrente: XXXX

Titular: XXXXXXXX.

CNPJ: XXXXXXXX.

2.3. O valor estabelecido na cláusula antecedente será dividido pelos números de meses que restarem para o fim do exercício financeiro em que houver proveito econômico pelo CONTRATANTE resultante dos serviços prestados, sendo devido aos advogados contratados a parcela relativa a essa proporção, mês a mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Havendo prorrogação do contrato os valores acima serão reajustados conforme o índice INPC/IBGE, ou o qual o vier a substituí-lo, nos termos do §3º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão à conta da dotação orçamentária própria do vigente orçamento, cuja dotação é:

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

01.02.04.122.0428.2002.3.3.90.39

Ficha: 021 Fonte: 100 Sub elemento 05

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

10.01.10.122.1028.2047.3.3.90.39

Ficha: 0463 Fonte: 100 Sub elemento 05

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de prorrogação contratual ou mudança de exercício deverá ser efetivado o apostilamento da nova dotação orçamentária, às margens deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A contratante fiscalizará a prestação de serviços através do funcionário responsável da Secretaria solicitante, que registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatórios, cuja cópia será encaminhada à empresa contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de São Simão, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concede à execução do objeto do contratado.

4.2. Efetuar o pagamento à empresa, de acordo com a forma e prazo estabelecidos;

4.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, quando solicitados pela empresa vencedora;

4.4. Rejeitar qualquer serviço entregue equivocadamente ou em desacordo com as especificações mínimas exigidas neste termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Entregar o objeto, rigorosamente em conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste termo de referência;

5.2. Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente à Prefeitura Municipal de São Simão, ou a terceiros, decorrentes de acontecimentos na prestação de serviços, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO-GO

- 5.3. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal de sua contratação, necessário à execução do objeto contratual;
- 5.4. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.
- 5.5. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo Contratante;
- 5.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante;
- 5.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 5.8. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 5.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;
- 5.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto mediante autorização expressa do Chefe do Executivo;
- 5.11. A contratada deverá cumprir todos os prazos estabelecidos pela legislação aplicada quanto aos serviços contratados;
- 5.12. Os serviços serão prestados tanto nas dependências do contratante como nas dependências do contratado, da forma mais conveniente, a critério do contratante, devendo comparecer ao município com periodicidade quinzenal;
- 5.13. Os serviços deverão ser prestados necessariamente por equipe técnica do contratado, composta por profissionais habilitados, devidamente inscritos e com situação regular perante a Ordem dos Advogados do Brasil, sob a responsabilidade técnica do Dr. **GUILHERME AUGUSTO MOTA ALVES**.
- 5.14. A CONTRATADA deverá em todo o tempo, e sob as penas da lei, guardar e assegurar o sigilo relativo às informações obtidas durante o seu trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, tendo início no dia de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes signatárias, por meio de termo aditivo, conforme autoriza o art. 107 da Lei nº 14.133/21, observando ainda as condições previstas no Parágrafo Primeiro da Cláusula a Segunda.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA NÃO NECESSIDADE DE LICITAÇÃO

7.1. O presente contrato é realizado por meio de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em razão da inviabilidade de competição, conforme previsto no art. 74, inc. III, alínea “e” § 1º da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts, 155 a 139 da Lei Federal n. ° 14.133/2021, e alterações posteriores. A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos inc. I, II e III, do art. 138, da Lei Federal n. ° 14.133/2021, e alterações posteriores, notificando-se a **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) consensual, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração Pública;
- c) judicial, nos termos da legislação vigente e demais permissivos legais.

8.2 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

9.1. A fiscalização da execução do presente contrato será feita pelo servidor XXXXXXXXXXXX, sendo que a sua infração implicará nas sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21;

9.2. Para aplicação das multas legalmente previstas, considerar-se-á:

9.2.1. Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado no início da prestação de serviço formalmente contratado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;

9.2.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida;

9.2.3. Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos dos §§4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/21;

9.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO-GO

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da comarca de São Simão-GO, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou omissões oriundas da aplicação do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos do §1º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

E por entenderem assim, justas e acordadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.

SÃO SIMÃO-GO, XX de XXXXXXXXX de 2023.

MUNICÍPIO DE SÃO SIMÃO-GO
CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

EMPRESA XXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF: